

Opinião: renegociação é urgente.

O agravamento da situação financeira internacional, do que foi mostra a dificuldade de funding (depósitos) de dois grandes bancos norte-americanos (Continental Illinois e Manufacturers Hanover Trust), aliada à possibilidade de desvalorização do dólar, levaram o empresário Abílio Diniz (foto), superintendente do grupo Pão-de-Açúcar, a admitir que o Brasil poderá ter de antecipar para este ano uma ampla renegociação de sua dívida externa. A previsão anterior de Diniz era de que essa renegociação só poderia ser feita a partir do ano que vem, após a ascensão do novo governo, com respaldo e tempo para promover uma reordenação da economia.



— Talvez não se possa esperar o ano que vem para uma renegociação ampla — disse o empresário na Câmara de Comércio e Indústria Franco-Brasileira. E isto equivale a renegociar o principal, os juros e também a taxa de juros. Pensava que poderíamos fazer isso em 85, porque uma renegociação desse porte não se adapta bem a um fim de governo. Mas se a evolução continuar nesse ritmo, talvez seja preciso detonar o programa já.

Diniz considerou “tensa” a situação internacional neste momento, mostrando que desta vez os problemas atingem países em desenvolvimento e também os desenvolvidos. E estabeleceu um paralelo entre França e Brasil, já que ambos os países se beneficiaram da recuperação econômica norte-americana, com crescimento de 8% sobre igual período do ano passado, com enormes importações. Por causa dessa recuperação, o Brasil elevou de 70% suas exportações para os Estados Unidos, a França de 100% e a Itália, de 175%.

A situação é entretanto precária, segundo o superintendente do Pão de Açúcar, já que os Estados Unidos tem forte déficit; o dólar valorizou-se de 33% em três anos, em relação a uma cesta de moedas conversíveis; e essa valorização da moeda foi determinante para estimular as exportações dos demais países. “Espera-se agora — acrescentou — que os Estados Unidos ensaiem uma alta de juros, para evitar fuga de

capitais, ou promovam desvalorização do dólar, da ordem de 18%. As duas coisas podem ser traumáticas.”

Uma elevação dos juros, segundo o empresário, aumenta o serviço da dívida externa, inibe o crescimento econômico dos Estados Unidos, reduz a necessidade de importações bem como os negócios, daí resultando a impossibilidade de manter os estoques e depois a queda dos preços das commodities. “É uma política extremamente perigosa”, afirmou, agravada na área internacional pela decisão da Argentina de suspender as remessas de lucros, pelo acordo dos países devedores (Brasil, México, Argentina e Colômbia), rompimento da República Dominicana com o FMI e a preocupação com os bancos norte-americanos.

Renegociar

Para renegociar a dívida externa brasileira, contudo, Diniz considera indispensável uma programação econômica de cinco ou dez anos, de forma a resolver problemas que passaram de conjunturais a estruturais; voltar a crescer, “não de forma irresponsável”; voltar a dar emprego, “já que o nível de desemprego é muito alto”; melhorar a distribuição da renda, agravada historicamente com as crises; estabelecer um programa efetivo de combate à inflação, deixando de considerar vitória redução mensal que mantém a taxa anual igual ou a acima de 200%.

O programa, para o empresário, deve incluir a renegociação da dívida, o redirecionamento dos investimentos e repensar o papel do Estado. “Este país pretende ser privatista, mas o Estado detém 50% dos investimentos. É preciso pensar o financiamento do setor público, inclusive Estados e municípios, que não têm renda para honrar compromissos.”

Para combater a inflação, Diniz recomendou conter o déficit público, desenvolver um programa de alimentos baratos e ter a coragem de desindexar amplamente a economia. “Com serenidade e trabalho, e apoio da sociedade aos governantes, o novo governo será capaz de alinhar esse programa de trabalho” — concluiu.